



Universidade de Brasília

Instituto de Ciências Humanas

Departamento de Filosofia

**Entre a Realidade Prática e a Realidade Teórica:
a coexistência da contradição entre as teorias de gênero**

Lara Cristina Radis Pinto de Carvalho Saenger

**Brasília
Dezembro de 2023**

Lara Cristina Radis Pinto de Carvalho Saenger

**Entre a Realidade Prática e a Realidade Teórica:
a coexistência da contradição entre as teorias de gênero**

Monografia apresentada ao Departamento de
Filosofia da Universidade de Brasília como
requisito parcial para a obtenção do título de
licenciada em Filosofia.

Orientação: Wanderson Flor do Nascimento.

Brasília

2023

Lara Cristina Radis Pinto de Carvalho Saenger

**Entre a Realidade Prática e a Realidade Teórica:
a coexistência da contradição entre as teorias de gênero**

PROFESSOR ORIENTADOR
WANDERSON FLOR DO NASCIMENTO

BANCA EXAMINADORA
ALICE GABRIEL

BANCA EXAMINADORA
HILAN N. BENSUSAN

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, à minha família por ter me apoiado em minha jornada e me incentivado a ingressar na UnB. Agradeço também à Universidade de Brasília por ser tão plural - o que me inspirou e me fez crescer - e ter se transformado em uma segunda [e às vezes primeira] casa para mim.

Agradeço também aos meus amigos Saulo Barros, que sempre acreditou na minha capacidade e, mesmo longe, está sempre presente; Rita de Cássia, que nunca me deixou na mão e traz alegria pra minha vida; e Guilherme da Silva, que sempre esteve ao meu lado e me inspirou de várias formas, tanto acadêmica quanto pessoalmente.

Agradeço ao Hilan Bensusan, que instigou meu interesse pela filosofia e pela pesquisa no feminismo. Ao Uã Flor, que sempre se mostrou uma pessoa compreensiva e foi um ótimo orientador. À Priscila Rufinoni, que me apoiou num momento de vulnerabilidade. E à Alice Gabriel, que me orientou em vários momentos durante os últimos três anos e tive muitas trocas incríveis.

Às pessoas que não foram mencionadas aqui, também agradeço. Não se sintam menos importantes. Vocês foram parte importante da minha formação e as guardo com carinho em meu coração.

Obrigada a todas e todos por esses anos e pelo apoio.

RESUMO

A pesquisa que se segue é uma leitura de duas perspectivas apresentadas na teoria de gênero que são contraditórias, mas podem [e devem] coexistir. Apresentar-se-á os motivos pelos quais essa coexistência é necessária para um estudo de gênero eficaz. Para alcançar tal objetivo, foram contempladas obras de autoras dos estudos feministas como Luce Irigaray, Judith Butler, Simone de Beauvoir, Donna Haraway e Teresa de Lauretis. Essas obras sustentam os conceitos, que aqui são apresentados, de *realidade prática* e *realidade teórica*; a *realidade prática* sendo calcada na dominação de gênero que ocorre no mundo social vivido - desta forma, aqui o gênero é assegurado - e *realidade teórica* sendo a [não] ontologia do gênero - logo, aqui o gênero é questionado. Desse modo, são apresentadas de que maneira e as justificações dessas duas realidades - uma que afirma o gênero e outra que o nega - coexistirem em uma contradição e parcialidade capaz de formar uma crítica de gênero que se comunique com as várias diferenças.

Palavras-chave: Realidade Prática; Realidade Teórica; Imaginário; Contradição; Gênero.

ABSTRACT

The research that follows is a reading of two contradictory perspectives that are presented among gender theories, but can [and should] coexist. The reasons why this coexistence is necessary for an effective gender study will be presented. To achieve this objective, works by authors of feminist studies such as Luce Irigaray, Judith Butler, Simone de Beauvoir, Donna Haraway and Teresa de Lauretis were included. These works support the concepts, which are presented here, of practical reality and theoretical reality; the practical reality being guaranteed by the gender domination that occurs in the social world - hence, gender is assured - and theoretical reality being the [non] ontology of gender - therefore, gender is questioned. That being the case, the ways and justifications of these two realities - one that affirms gender and the other that denies it - coexist in a contradiction and partiality capable of forming a gender theory that communicates with the various differences are presented.

Keywords: Practical Reality; Theoretical Reality; Imaginary; Contradiction; Gender.

SUMÁRIO

Introdução.....	9
1. Sobre a Realidade Prática.....	10
1.1.Políticas de Dominação e o Corpo Orgânico.....	11
1.2.O Papel dos Mecanismos de Dominação.....	16
2.Sobre a Realidade Teórica.....	20
2.1.Não há uma naturalidade que nos defina e nos dê identidade.....	20
2.2.A (des)construção ontológica do gênero.....	21
3.A Coexistência é necessária.....	25
3.1.A perda da inocência e a consciência da dominação como teoria eficaz.....	26
Conclusão.....	28
Referências.....	29

Introdução

Este texto tem o objetivo de mostrar a necessidade de coexistência entre dois pensamentos da tradição da teoria de gênero: o da “unidade natural” e mecanismos de dominação - o qual chamo de *realidade prática* - e o gênero apenas como construção, insubstancial - o qual chamo de *realidade teórica*. Essas duas vias são contraditórias ao passo que uma afirma e outra nega o gênero. Porém, argumento, que a coexistência destas realidades é necessária para uma teoria de gênero eficaz.

A *realidade prática*, da qual tratarei no primeiro capítulo, é intitulada desta forma por se encontrar no mundo vivido: ela está diretamente ligada às práticas reguladoras que gerem a sociedade. Esta realidade prática é concretizada a partir de um *imaginário* regulado pelos mecanismos de dominação que rotulam, oprimem, moldam comportamentos sociais e pessoais de acordo com coerências de gênero. Assim, a partir dos mecanismos de dominação - os quais não são vistos se não olharmos atenciosamente - são criadas ilusões no imaginário que legitimam e significam o sujeito na realidade prática. O gênero, na realidade prática, é presente em todo momento.

No segundo capítulo, mostrarei o conceito de *realidade teórica*, a qual diz respeito a um estudo ontológico do gênero. Mais claramente, responderei à pergunta “há gênero como substância?”. Utilizarei de conceitos antes discutidos - principalmente no que diz respeito à diferença sexual - para argumentar contra a existência do gênero na realidade teórica.

Chego ao terceiro capítulo com duas realidades - uma tão real quanto a outra - contraditórias e argumento a favor da parcialidade - poder ver das duas perspectivas ao mesmo tempo, pois as duas são igualmente importantes. Pois, apesar de serem contraditórias, essas realidades se completam: acrescentam em formas de enxergar uma à outra e em superar as dificuldades uma da outra. Então, como diz Donna Haraway, “uma visão única produz ilusões piores do que uma visão dupla ou do que a visão de um monstro de múltiplas cabeças” (HARAWAY, 1991, p. 46).

Capítulo 1 - Sobre a Realidade Prática

Relações sociais certamente determinam um padrão do que seremos. Não há como um indivíduo se estabelecer em uma sociedade sem que ele “absorva” certos padrões; de certa forma, a pessoa é feita/constituída a partir daquela sociedade. Neste capítulo discutiremos de onde vêm esses padrões. Gostaria de começar apresentando, brevemente, o que chamo de **realidade prática** ou **imaginário**.

“Realidade” e “imaginário” podem ser ou parecer contraditórios, porém, este trabalho é justamente sobre dizer como contradições podem coexistir. A realidade prática está ligada às relações sociais e à construção da “pessoa”. Se tomarmos o gênero, que é uma construção social, vemos que ele está presente em nossa realidade social - olhando por teorias essencialistas ou não -, logo, ele está dentro da realidade prática. No entanto, a realidade prática não necessariamente é verdadeira¹; é aqui que entra o porquê a chamo de imaginário também. A realidade prática - social - coloca um “efeito” de realidade, i.e. faz com que haja a crença de que os padrões instituídos na sociedade são realidade ou verdade intrínsecas. Logo, a realidade prática fica tão estagnada como verdade que acaba por ignorar a realidade teórica².

A realidade prática é uma realidade circunstancial, pertinente³; e a pertinência do imaginário faz com que os mecanismos de dominação se mantenham. Isso reverbera em toda vida social, o que faz com que se estabeleça o gênero, que “é (uma) representação - o que não significa que não tenha implicações concretas ou reais, tanto sociais quanto subjetivas, na vida material das pessoas. Muito pelo contrário” (LAURETIS, 1994, p. 209), os espaços se tornam cada vez mais “gendrados”⁴ e hierarquizados através do engajamento pessoal - individual - com o mundo exterior - dentro das relações sociais -, que forma a subjetividade do ser social⁵.

¹ A noção de não ser verdadeira, também não implica necessariamente na noção de ser falsa. O imaginário tem esse duplo efeito: ele estabelece realidades - as quais chamo de *realidade prática* - que se apoiam nos mecanismos de dominação. Isso quer dizer que há uma verdade no contexto social: aqui se afirma “há gênero”; e há uma enganação diante o contexto teórico, que veremos no capítulo 2.

² Veremos melhor sobre isso no capítulo 2. Estaria ligada à metafísica e à ontologia.

³ essa pertinência e circunstancialidade da realidade prática está justamente ligada a sociedade em que a ordem está estabelecida - no caso estamos falando do Ocidente - e do tempo, que, apesar de apresentar mudanças significativas em relação ao gênero, não muda o fato da existência da dominação. A pertinência está ligada mais à identificação - ou solidariedade, nas palavras de Beauvoir - da mulher com o homem que tem/está na mesma classe, raça, interesses econômicos.

⁴ Lauretis usa o termo como “marcados por especificidades de gênero” (LAURETIS, 1994, p. 206).

⁵ Aqui voltamos à questão que será abordada novamente mais a frente: a pessoa não se forma sem o fenômeno social.

1.1 - Políticas de Dominação e O Corpo Orgânico

Por anos as feministas tentaram resolver o problema da unidade ou da diferença - ou qualquer um que fosse levantado dentro do assunto - a partir de uma perspectiva que coloca a essência e o corpo orgânico definidor como inerentes. Porém, isso se tornou um entrave com o passar do tempo. A limitação do gênero ao corpo orgânico já não é uma verdade totalizante⁶, mas não quer dizer que não esteja dentro de um contexto definidor da “pessoa”.

A partir dessa limitação foi posta a oposição/assimetria de gênero. Luce Irigaray argumenta que existe uma comparação entre o masculino e o feminino que os coloca no lugar de ativo e passivo, respectivamente. “Homem é o procriador, a *produção-reprodução* sexual é referente apenas à sua “atividade”, apenas ao seu “pro-jeto”. Mulher não é nada além do receptáculo que passivamente recebe *seu [dele] produto*” (IRIGARAY, 1987, p. 18, tradução nossa). Além disso, há uma forte opressão ligada a questões sociais que se apoiam no corpo orgânico: enquanto o menino criança é estimulado a desfrutar de seus prazeres corporais, a menina criança faz o contrário: ela, forçada, abdica de seu prazer para que sua vagina se torne um instrumento de prazer para o masculino, visando a mudança para a “feminilidade” - seja lá o que isso for - e se tornar a mercadoria mais atraente⁷.

Uma das principais formas de imposição de gênero são os sistemas jurídicos de poder - dominados principalmente pelos homens -, que regulam a vida através de mecanismos *negativos* de “limitação, proibição, regulamentação, controle e mesmo “proteção”” (BUTLER, 1990, p. 19). Porém, esses sistemas de exclusão não “aparecem” e criam uma “ilusão” de escolha. “Em outras palavras, a construção política do sujeito procede vinculada a certos objetivos de legitimação e de exclusão” (BUTLER, 1990, p. 34), sendo as legítimas aquelas que se adequam aos padrões hetero-cis-normativos e excluídas as que não se

⁶ Corpos que questionam a coerência entre sexo e gênero - pessoas transgênero - são um exemplo de que não é necessária a limitação pelo corpo orgânico.

⁷ Numa crítica a Freud, Irigaray se apoia em Beauvoir, que diz: “Esta [a libido] desenvolve-se primeiramente, pensa ele [Freud], de maneira idêntica nos dois sexos: todas as crianças atravessam uma fase oral que as fixa ao seio materno, em seguida uma fase anal e atingem uma fase genital: é então que se diferenciam” (BEAUVOIR, 1949, p. 61). “As [...] críticas essenciais que podem ser feitas a essa descrição provém do fato de Freud tê-la calcado sobre um modelo masculino. Ele supõe que a mulher se sente um homem mutilado. Porém, a idéia de mutilação implica uma comparação e uma valorização; [...] não poderia tal sentimento nascer de uma simples confrontação anatômica” (BEAUVOIR, 1949, p. 62).

adequam. Assim, as que se adequam estão intimamente ligadas à inteligibilidade de gênero⁸ e à formação do “sujeito”. Logo, como a formação do sujeito está diretamente ligada à inteligibilidade desde o nascimento, considerando que, primeiramente, é nos dado um gênero e, depois, adquirimos conhecimento do mundo e o experimentamos de acordo com o gênero que nos foi imposto,

“a “coerência” e a “continuidade” da “pessoa” não são características lógicas ou analíticas da condição de pessoa, mas, ao contrário, normas de inteligibilidade socialmente mantidas. Em sendo a “identidade” assegurada por conceitos estabilizadores de sexo, gênero e sexualidade, a própria noção de “pessoa” se veria questionada pela emergência cultural daqueles cujo gênero é “incoerente” ou “descontínuo”, os quais parecem ser pessoas, mas não se conformam às normas de gênero da inteligibilidade cultural pelas quais as pessoas são definidas.” (BUTLER, 1990, p. 43)

Neste raciocínio, a crítica de Irigaray e Beauvoir em relação à teoria de Freud e o uso do corpo da mulher - e/ou menina criança - está intimamente ligada aos sistemas de poder e à inteligibilidade de gênero. A inteligibilidade de gênero⁹, desta forma é o que afirma - forma - a identidade, ou seja, as “pessoas” se tornam “pessoas” ao possuir um gênero - padrão reconhecível de inteligibilidade, gênero codificado, classificado, definido antes do nascimento, enquadramento em estruturas normativas. Essa determinação se reproduz e é potencializada durante a vida do sujeito [social] a partir dos enquadramentos normativos do gênero definido. Pensemos, deste modo, no “significado do “sujeito” e do “gênero” no contexto de uma assimetria de gênero socialmente instituída” (BUTLER, 1990, p. 34); isto é, o sujeito *é a partir de* relações construídas, instituídas¹⁰ e impostas. A identidade, então, pode ser afirmada como suposta; assim como a menina criança supostamente deve abdicar de seus prazeres para se tornar “mais mulher” - novamente, seja lá o que isso for.

Existem, destarte, códigos de legitimidade que gerem como corpos tomam forma, quais condições são necessárias para serem considerados existentes e apreendidos como legítimos. Ou seja, quando digo “mais mulher” falo de uma regulação da sexualidade que reverbera no gênero, havendo, não apenas uma oposição entre o que é homem ou o que é mulher, mas uma “hierarquia entre feminilidade e *falta de* feminilidade, entre masculinidade e *falta de* masculinidade” (PRINS, MEIJER, 1998, p. 164). O que é uma *mulher respeitável*? Ora, é aquela que abdica de sua própria vontade [consciente ou inconscientemente] para se encaixar nos padrões de legitimidade e se tornar uma pessoa adequada. ““*Bodies that matter*” ao

⁸ “Gêneros “inteligíveis são aqueles que, em certo sentido, instituem e mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo” (BUTLER, 1990, p. 43).

⁹ Judith Butler.

¹⁰ “o gênero não denota um ser substantivo, mas um ponto relativo de convergência entre conjuntos específicos de relações, cultural e historicamente convergentes” (BUTLER, 1990, p. 33).

mesmo tempo se materializam, adquirem significado e obtêm legitimidade”¹¹ (PRINS, MEIJER, 1998, p. 160); e nada melhor do que se sentir significativa no mundo.

Mas, mesmo com esta legitimidade, a mulher é mesmo significativa? Acredito que isto seja apenas uma ilusão que os mecanismos de dominação trazem para colocá-la no local onde querem. Irigaray diz que o feminino não está dentro do significável; isto porque o significável é o masculino - universal¹². Então, a mulher estaria apenas com um falso sentimento de significação? O imaginário¹³ é justamente sobre isso: as significações, realidades, sentimentos etc etc que são criados a partir dos mecanismos de dominação [e legitimação].

“A noção de que pode haver uma “verdade” do sexo, como Foucault a denomina ironicamente, é produzida precisamente pelas práticas reguladoras que geram identidades coerentes por via de uma matriz de normas de gênero coerentes. A heterossexualização do desejo requer e institui a produção de oposições discriminadas e assimétricas entre “feminino” e “masculino”, em que estes são compreendidos como atributos expressivos de “macho” e de “fêmea”. (BUTLER, 1990, p. 44).

Logo, há uma divisão das pessoas em sexo que, obviamente, devem seguir uma coerência de desejo e gênero - hetero-cis - de acordo com as normas estabelecidas. Butler (1990) diz que essa coerência mantém e serve como princípio de um “eu corporificado”, o que estabiliza a oposição paralela entre os sexos. Esta oposição, claro, não é por acaso; ela é calcada na reprodução.

As feministas socialistas trouxeram o conceito de trabalho para a reprodução na vida das mulheres, já considerando que muitas mulheres tinham a reprodução - juntamente com os cuidados do lar - como força de trabalho não assalariada. Isso não quer dizer que elas falam a favor de uma naturalização ou de uma gênese, mas reconhecem o fator social como definidor de relações e realidades. Porém, o reconhecimento dessa realidade é ainda pouco difundido; logo, no feminismo socialista, “as consequências da dominação e o desconhecimento da realidade social e pessoal [são chamados] de “falsa consciência”” (HARAWAY, 1991, p. 56), o que chamo de “imaginário”. Esse imaginário é o que traz a idéia de que o corpo orgânico é algo que poderia gerar unidade, porém já foi demonstrado que essa idéia nega “a participação nas categorias sociais da raça, do sexo ou da classe” (HARAWAY, 1991, p. 48).

¹¹ Haraway (1991) fala sobre a monstrosidade definir limites na imaginação ocidental - podendo formar novas realidades -, afirmando, também, que os corpos são identidade. Ao nos depararmos com isso, vemos a força que o imaginário exerce sobre nossas leituras do “ser” e do que é “legítimo” [dentro da realidade prática].

¹² Eu não necessariamente - ou totalmente - concordo com isso, porém, não quero me apressar: meu posicionamento ficará mais claro no capítulo 2.

¹³ Realidade prática.

A ideologia se insere fortemente na construção do gênero. Ela faz parte de uma superestrutura social das forças econômicas e de produção. Essa superestrutura, assim como produz bens, produz relações sociais e dita realidades; ela fabrica imaginários. Segundo Lauretis (1994), Foucault apresenta sua “tecnologia sexual”, que ele definiria como:

““um conjunto de técnicas para maximizar a vida”, criadas e desenvolvidas pela burguesia a partir do final do século XVIII para assegurar a sobrevivência da classe e a continuação da hegemonia. Tais técnicas envolviam a elaboração de discursos (classificação, mensuração, avaliação etc) sobre quatro “figuras” ou objetos privilegiados do conhecimento: a sexualização das crianças e do corpo feminino, o controle da procriação e a psiquiatrização do comportamento sexual anômalo como perversão. Esses discursos, implementados pela pedagogia, medicina, demografia e economia, se ancoraram ou se apoiaram nas instituições do Estado e se consolidaram especialmente na família.” (LAURETIS, 1994, p. 220)

A linguagem e o discurso têm papel importante dentro da realidade prática. Haraway (1991) diz que é típico do Ocidente ter narrativas de origem da civilização que se dão a partir do poder e da escrita. São apresentadas estruturas binárias, a partir de um discurso cultural hegemônico, “como a linguagem da racionalidade universal. Assim, a coerção é introduzida naquilo que a linguagem constitui como o domínio imaginável¹⁴ do gênero” (BUTLER, 1990, p. 31); aquilo que pode ser reconhecido e codificado¹⁵. O discurso do sistema binário silencia o fato dele próprio ser masculino e seus interesses.

As pessoas são significadas na linguagem necessariamente com a marca do gênero, qualificando-as. Lauretis vê que, ao procurar o termo “gênero” no *American Heritage Dictionary of the English Language*, ele classifica, representa, caracteriza a “coisa”, seja ela uma palavra/frase - questão gramatical/morfológica -, um ser animado, inanimado. No entanto, mais do que isso, o gênero fornece uma categorização de uma “coisa” *em relação*¹⁶ a outras “coisas” que podem ou não pertencer a uma mesma classificação¹⁷. O gênero é representação por trazer pertencimento, mas também coloca uma *posição* - qual das oposições tem mais poder? - dentro da sociedade.

“Embora a criança tenha um sexo “natural”, é só quando ela se torna (i.e., quando é significada como sendo) menino ou menina que adquire um gênero. O que a

¹⁴ O imaginário fica mais claro aqui. Há uma regulação do que pode e o que não pode *ser*, logo, o próprio pensamento fica fadado a essa regulação.

¹⁵ Organismos são tomados “como textos codificados, textos por meio dos quais nos engajamos no jogo de escrever e ler o mundo.” (HARAWAY, 1991, p. 42)

¹⁶ “configuração variável de posicionalidades sexuais-discursivas” (LAURETIS, 1994, p. 214)

¹⁷ Se há por exemplo uma pessoa, podemos classificá-la como humana, separando-a - estando *em relação* - do inumano. Dentro do humano, essa pessoa pode ser uma mulher - fêmea - separando-a - estando *em relação* - do homem - macho. Dentro da mulher, ela pode ser cis, separando-a - estando *em relação* - da mulher trans. Dentro da mulher cis, ela pode ser hétero, separando-a - estando *em relação* - da mulher lésbica/bissexual/assexual... Ainda podemos falar de outras categorias como raça e classe. Percebemos assim que todas as separações - e nesse caso coloquei propositalmente uma mulher que está de acordo com a coerência de sexo-gênero-desejo - são contrárias à outras.

sabedoria popular percebe, então, é que gênero não é sexo, uma condição natural, e sim a representação de cada indivíduo em termos de uma relação social preexistente ao próprio indivíduo e predicada sobre a oposição “conceitual” e rígida (estrutural) dos dois sexos biológicos.” (LAUTERIS, 1994, p. 211)

O gênero, então, é um efeito produzido nos corpos, que se juntam com as relações sociais, o sexo e a sexualidade. A produção disso é feita a partir de efeitos da linguagem, discursos, práticas políticas e sociais, enfim, representações que geram auto-representações. O gênero concretiza as pessoas em “homens” e “mulheres”¹⁸, categorias opostas determinadas na realidade prática.

Posições diferentes são disponíveis à homens e mulheres no discurso. As mesmas práticas têm significados diferentes por serem lidos através de discursos diferentes. Lauretis faz uma análise, em seu texto *A tecnologia do gênero*, sobre o cinema, seus significados e as diferentes posições no discurso, partindo de uma perspectiva da construção da *mulher como imagem* no cinema. A imagem da mulher e o corpo feminino são o *locus* da sexualidade e do prazer visual¹⁹. O cinema, então, é um mecanismo de dominação; ou, pelas palavras de Lauretis, uma “tecnologia de gênero”. Porém, Lauretis vai mais a fundo e fala sobre a absorção subjetiva da imagem:

“a ideia crucial é o conceito de platéia, que a teoria feminista estabeleceu como um conceito marcado pelo gênero; o que equivale dizer que as maneiras pelas quais cada pessoa é interpelada pelo filme, as maneiras pelas quais sua identificação é solicitada e estruturada no filme específico, estão íntima e intencionalmente sendo explicitamente relacionadas ao gênero do espectador.” (LAURETIS, 1994, p. 222)

A questão é: o mecanismo de dominação, ainda que seja o mesmo - por exemplo o mesmo filme ou propaganda - para todos, chega de formas diferentes a depender do espectador; isso não sendo uma coincidência, mas uma criação intencional que produz um certo efeito no imaginário. Assim, o homem tem um prazer visual e seu poder fálico fica mais “marcado”, e a mulher é motivada a se sexualizar - porém comedidamente - para se sentir desejada e sentir sua feminilidade mais “marcada” - se adaptando ao desejo do homem²⁰. Isso não quer dizer que a mulher quis, deliberadamente, se submeter, mas ela foi coagida - e não

¹⁸ Citando Kelly, Lauretis diz que é clara a forma como opera a ideologia de gênero: “o “lugar da mulher”, i.e., a posição atribuída à mulher por nosso sistema de sexo-gênero [...] “não é uma esfera ou um território separado, e sim uma posição dentro da existência social em geral”” (LAURETIS, 1994, p. 216)

¹⁹ “A sexualização do corpo feminino tem sido, com efeito, uma das figuras ou objetos favoritos nos discursos da ciência médica, da religião, arte, literatura, cultura popular e assim por diante.” (LAURETIS, 1994, p. 221)

²⁰ Haraway diz sobre a dominação e como há um vínculo grande entre esta e a sexualidade, logo, a própria reprodução: Os estreitos vínculos entre a sexualidade e a instrumentalidade - uma visão sobre o corpo que o concebe como uma espécie de máquina de maximização da satisfação e da utilidade privadas - são descritos de forma admirável, nas histórias psicobiológicas sobre origem que enfatizam o cálculo genético e descrevem a inevitável dialética da dominação entre os papéis sexuais feminino e masculino.” (HARAWAY, 1991, p. 74)

apenas pelo cinema, uso este apenas como um exemplo - a fazê-lo. Vemos, no final, que “o resultado da objetificação sexual é a ilusão e a abstração” (HARAWAY, 1991, p. 55).

O discurso, então, agencia o social, “as pessoas são vítimas de [...] sistemas de idéias que lhes são extrínsecos” (HOLLWAY, p. 237 *apud* LAURETIS *et al.*, 1994, p. 224) e promovem significados sociais, incluindo as representações de gênero²¹. O problema maior é que esses discursos e mecanismos são calcados a partir de narrativas heterossexuais e masculinistas de gênero: a oposição binária está sempre sendo fortalecida²².

1.2 - O Papel dos Mecanismos de Dominação

A realidade prática vai de acordo com os padrões de determinada sociedade. Esses padrões são regulados, como vimos no sub-capítulo anterior, a partir de certos mecanismos de dominação que fazem do imaginário cada vez mais real. Discutiremos aqui quais são os efeitos dos mecanismos de dominação sobre o gênero.

A unidade original - uma gênese - foram, historicamente, usadas pela psicanálise, pela biologia e pela filosofia - como mostram Irigaray, Beauvoir, Haraway... - a partir de uma ideia de plenitude, transcendência e até de terror, “num drama de dominação crescente da mulher/natureza” (HARAWAY, 1991, p. 39). Esse drama fálico, onde a mulher é terra e corpo - bem como mostra Irigaray em sua obra *Speculum of the Other Woman* - e o homem é mente e razão, apenas fortaleceu, durante anos, o imaginário e os mecanismos de dominação.

Irigaray (1987) mostra, em uma narrativa da Caverna de Platão, o esforço do homem em torná-la submissa. Ele se consolida como o “*master signifier*” e ela fica com nada. Porém, apesar dos esforços dele, ela não é o nada, mas sim a *diferença*. Vemos a realidade nesta genial ficção.

“Pois a dominação do Ser exige que tudo o que foi definido – dentro do domínio do mesmo – como “mais” (verdadeiro, certo, claro, razoável, inteligível, paternal, masculino...) deva progressivamente vencer seu “outro”, - seu “diferente” - e, quando chega a isso, sobre seu negativo, seu “menos” (fantástico, nocivo, obscuro,

²¹ “a objetificação sexual e não a alienação é a consequência da estrutura de sexo/gênero” (HARAWAY, 1991, p. 55) e vice-versa. “Entretanto, a mulher não é simplesmente alienada de seu produto: em um sentido profundo, ela não existe como sujeito, nem mesmo como sujeito potencial, uma vez que ela deve sua existência como mulher à apropriação sexual.” (HARAWAY, 1991, p. 55)

²² “E embora tenha-se aceito em anos recentes que não existe natureza, que tudo é cultura, permanece dentro dessa cultura uma essência de natureza que resiste ao escrutínio, uma relação excluída do social na análise - uma relação cuja característica está inapelavelmente na cultura, assim como na natureza, e que é a relação heterossexual. Chamarei a isso de relação social obrigatória entre “homem” e “mulher”. (WITTIG *apud* LAURETIS *et al.*, 1994, p. 227).

“louco”, sensível, maternal, feminino...). Finalmente reina a ficção simples, indivisível, ideal de origem.” (IRIGARAY, 1987, p. 275, tradução nossa)

Nesse contexto, encaramos Beauvoir e vemos a necessidade de autoafirmação: um grupo, ao encontrar o diferente, o denomina como outro; porém, o Outro, será o com menos poder enquanto o Um será o mais poderoso; isto é: “o sujeito só se põe em se opondo: ele pretende afirmar-se como essencial e fazer do outro o inessencial, o objeto” (BEAUVOIR, 1949, p. 12). Entretanto, ainda há a relatividade: o Um precisa do Outro para se definir. Há reciprocidade em todas as relações, uma rede de relações sociais econômicas na qual, mesmo o Outro - no geral - percebe sua força. Apesar disso, a mulher, diferente de outros grupos que são - ou outrora foram - dominados, não têm um incidente histórico em que a alteridade aparece²³; isso fez com que esta alteridade fosse tão pura que acreditaram, piamente, na essência do homem e na inessência da mulher, mesmo que nenhum dos dois realmente exista. O homem, então, através de um processo histórico-político-biológico-científico-social, se põe como o Sujeito essencial e, como ele é a essência, ele também é o humano; sobrando à mulher apenas o lugar de Outro, objeto. A mulher, desse modo, não encontra sua unidade, não diz “nós”, mas se identifica com o homem similar a ela²⁴.

Percebemos como o falocentrismo codifica o feminino como condição de existência do sujeito, porém negando-a uma saída dessa condição. Há uma história totalmente fixa, na qual as pessoas ficam presas²⁵ pela ilusão da origem. O homem, então, ao representar o Sujeito, tira a subjetividade da mulher - que, passiva, perde seu valor - nesta grande ficção da realidade tão qual que desde sempre há afirmações valiosas sobre o assunto no mundo ocidental:

““A fêmea é fêmea em virtude de certa carência de qualidades”, diz Aristóteles. [...] E Sto. Tomás de Aquino, depois dele, decreta que a mulher é um homem incompleto [...]. “A mulher, o ser relativo...”, diz Michelet. [...]. Ela não é senão o que o homem decide que seja; daí dizer-se o “sexo” para dizer que ela se apresenta diante do macho como um ser sexuado; para ele, a fêmea é sexo” (BEAUVOIR, 1949, p. 10).

²³ “Nem sempre houve proletários, sempre houve mulheres [...]; por mais longe que se remonte na história, sempre estiveram subordinadas ao homem [...]. É, em parte, porque escapa ao caráter acidental do fato histórico que a alteridade aparece aqui como um absoluto.” (BEAUVOIR, 1949, p. 13)

²⁴ As mulheres “Vivem dispersas entre os homens, ligadas pelo *habitat*, pelo trabalho, pelos interesses econômicos, pela condição social a certos homens - pai ou marido - mais estreitamente do que as outras mulheres. Burguesas são solidárias dos burgueses e não das mulheres proletárias; brancas, dos homens brancos e não das mulheres pretas.” (BEAUVOIR, 1949, p. 13)

²⁵ Irigaray (1987), ao falar sobre o Sol da Caverna de Platão - representando o Mesmo e portanto uma verdade, diz: “atrás deles há tudo isso, e eles são proibidos, não apenas de olhar, mas de se mover em direção a isto.” (IRIGARAY, 1987, p. 249, tradução nossa)

Destarte, há uma ênfase na *diferença* derivado da significação que cada um dos sexos/gêneros binários²⁶ (re)produz²⁷. A *sexualidade* é atributo do macho, mas, a partir disso, a fêmea deve reproduzir *sexualização*²⁸:

“A polaridade “masculino”/“feminino” tem sido e ainda é um dos temas centrais de quase todas as representações da sexualidade. Dentro do “senso comum”, as sexualidades masculina e feminina aparecem como distintas: a sexualidade masculina é considerada ativa, espontânea, genital, facilmente suscitada por “objetos” e pela fantasia, enquanto que a sexualidade feminina é vista em termos de sua relação com a sexualidade masculina, como sendo basicamente expressiva e responsiva à masculina” (BLAND, p. 57, *apud* LAURETIS *et al.*, 1994, p. 223).

O imaginário, como o “senso comum”, cria a realidade prática da sexualidade, da sexualização e da coerência de gênero. Há uma “marcação”, e aqui digo marcação pois veremos que ela nunca está totalmente definida, da subjetividade no imaginário. “A construção do gênero é o produto e o processo tanto da representação quanto da auto-representação” (LAURETIS, 1994, p. 217).

O corpo vivido pelo sujeito é fator relevante dentro dos estudos da psicanálise, assim como Beauvoir (1949) diz, e para o feminismo; pois, não devemos considerar que a menina sofre pela *falta* do pênis como objeto em si, mas, a partir da observação deste, a percepção de que constitui símbolo de hierarquia/superioridade dos homens dentro da realidade prática. O corpo da mulher “só tem realidade vivida enquanto assumido pela consciência através das ações e no seio de uma sociedade” (BEAUVOIR, 1949, p. 57).

“Realidade social significa relações sociais vividas” (HARAWAY, 1991, p. 36). As categorias de identidades, juntamente da imagem de inferioridade/superioridade, são efeitos de múltiplas práticas reguladoras. A cultura regula o significado da sexualidade e do sujeito. Quero deixar claro que esse sujeito que cito neste capítulo é um *sujeito social*. Digo social justamente por estar dentro da realidade social/prática e ter sua significação formada a partir de práticas reguladoras. Esse *sujeito* deve, como falei anteriormente, está de acordo com a

²⁶ Específico binário pelo fato das fontes de poder estabelecerem ordem binárias; e, como Judith Butler escreve: “Na conjuntura atual, já está claro que colocar a dualidade do sexo num domínio pré-discursivo é uma das maneiras pelas quais a estabilidade interna e a estrutura binária do sexo são eficazmente asseguradas.” (BUTLER, 1990, p. 28)

²⁷ Podemos perceber como as categorias binárias de gênero tanto são complementares como se excluem mutuamente, criando significados que devem ser reproduzidos - agenciados externamente - de acordo com “cada cultura, um sistema de gênero, um sistema simbólico ou de sistema de significações que relaciona o sexo a conteúdos culturais de acordo com valores e hierarquias sociais.” (LAURETIS, 1994, p. 211)

²⁸ “na conceitualização patriarcal ou androcêntrica a forma feminina [é] uma projeção da masculina.” (LAURETIS, 1994, p. 222)

coerência de sexo-gênero-desejo, o que, ao mesmo tempo, cria a grande farça da simetria de gênero, a qual, na realidade - e que as feministas chamam - é a assimetria de gênero²⁹.

O sujeito, logo, “está submetido a um conjunto de regras que o precedem” (BUTLER, 1998, p. 167), diferenciado-o entre *próprio* e *impróprio*, significativo ou não significativo, legítimo ou ilegítimo. A regularização do que pode ser considerado sujeito nos limita ao ponto de nós mesmas nos limitarmos, colocando-nos sempre em local de contradição; constituem realidades corporais. Essas fábulas estruturam nosso imaginário. “Temos, todas, sido colonizadas por esses mitos de origem” (HARAWAY, 1991, p. 86). Na realidade prática é afirmado **o gênero é**.

²⁹ A *simetria* seria porque os gêneros estariam opostos - juntamente com a heterossexualidade -, porém sabemos que pensar que há uma simetria, uma igualdade dentro desse sistema [de dominação], é ainda apenas um grande sonho.

2. Sobre a Realidade Teórica

As existências [das pessoas] foram ditadas a partir de um argumento de que a essência seria um definidor de quem seria a mulher e quem seria o homem. Porém, mesmo isso sendo perpetuado por séculos, não encontramos unidade, mas sim problemas a serem levantados em relação às diferenças entre nós. “Ao invés de um significante comum estável [...], *mulheres* - mesmo no plural - tornou-se um termo problemático, um ponto de contestação, uma causa de ansiedade” (BUTLER, 1990, p. 20). Então, teremos que começar por algumas questões fundamentais. Há uma essência? Uma unidade? Uma natureza original?

Apresento, então, meu conceito de “realidade teórica”. A realidade teórica é quase que oposta ao que é dito na realidade prática. Enquanto a realidade prática está ligada à pessoa dentro das relações sociais, a realidade teórica está no campo do estudo do *ser* como *substância*. Logo, neste capítulo, meu objetivo será fazer uma [des]construção ontológica do gênero. A realidade teórica, destarte, afirma “o gênero *não é*”.

2.1. Não há uma naturalidade que nos defina e nos dê identidade

Depois de reconhecermos que há uma série de mecanismos que formam padrões de gênero, é entendível afirmar que as categorias de gênero excedem, em fator de complexidade, o essencialismo. A singularidade escapa desses padrões. Desse modo, neste capítulo, argumento, assim como Donna Haraway, que não há “nenhuma matriz identitária natural e que nenhuma construção é uma totalidade” (HARAWAY, 1991, p. 52).

A feminilidade, sendo pura representação - com seu corpo, sua sexualidade - logo, insignificável³⁰, não cria identidade; pelo contrário, tira a identidade do que denominamos mulher³¹. A naturalização de uma matriz identitária acaba sempre pondo a mulher em local de desprezo, futilidade e insuficiência. A “invocação da natureza como modo de estabelecer limites [...] para a vida gendrada” (BUTLER, 1998, p. 157) priva as possibilidades da

³⁰ “O que significa dizer que a mulher, como sujeito do desejo ou da significação, é irrepresentável, a não ser como representação.” (LAURETIS, 1994, p. 230)

³¹ como argumentei algumas vezes, no capítulo anterior, a coloca no lugar de não-ser, de Outro, de diferença, de algo-que-está-mas-não-é.

“pessoa”. A pessoa como indivíduo é privada de seus desejos e uso pessoal de sua vida corpórea³².

Haraway, em seu *Manifesto Ciborgue*, propõe o conceito de “ser feminizado”, que seria: “tornar-se extremamente vulnerável; capaz de ser desmontado, remontado [...]; sujeito a arranjos do tempo [...]; levar uma vida que sempre beira a ser obscena, deslocada e redutível ao sexo” (HARAWAY, 1991, p. 69). Isso se torna um eixo contra a naturalização: não há como entender algo que pode ser “desmontado, remontado” e “sujeito a arranjos do tempo” como *substância*. Se há/houve um desmonte, não podemos voltar a algo chamado “essência” ou “origem”³³, pois isso - o gênero - não é.

Nesse contexto, Deleuze também argumentou, colocando o *devenir* como uma oposição ao *ser*, no desvio e no contágio. “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher” (BEAUVOIR, 1949): para Deleuze, a célebre frase de Beauvoir é o mesmo que dizer “não se é mulher, mas *devém* mulher”. O *devenir*, assim, permite pensar no desvio que a composição³⁴ exige. A diferença dá condição de possibilidade para o ente, ele se torna presente, ou se apresenta, justamente por ser diferenciado. Assim, o *devenir* não tem fim, há uma onda de mudanças e *diferenças*. A substância, deste modo, é o que se mantém apesar do *devenir*. Argumento, novamente, que a mulher não pode ser *substância*; isto é, não tem uma essência.

2.2. A (des)construção ontológica do gênero

Invertendo a fala de Haraway, proponho, ao invés de “máquinas”, lermos “mulheres” no trecho “as máquinas não eram vistas como tendo movimento próprio, como se autoconstruindo, como sendo autônomas. [...] Elas não eram o homem, um autor para si próprio, mas apenas uma caricatura daquele sonho reprodutivo masculinista” (HARAWAY, 1991, p. 42). Quando fazemos esta inversão, vemos claramente a imagem do Um - Homem - e do Outro - Mulher. Há um posicionamento da existência ou não-existência da mulher a partir do homem.

³² Butler, em *Problemas de Gênero*, questiona: “em que medida as *práticas reguladoras* de formação e divisão do gênero constituem a identidade, a coerência interna do sujeito, e, a rigor, o *status* auto idêntico da pessoa?” (BUTLER, 1990, p. 43)

³³ Haraway argumenta contra qualquer origem ou essência. Para ela, os “objetos naturais” são apenas supostamente naturais, sendo governados por políticas reprodutivas. Retornar ao original é apenas uma inocência, “um apelo acrítico [...] [que] estaria inelutavelmente fadado ao fracasso” (BUTLER, 1990, p. 19).

³⁴ Composição: particularidade de acordo com cada grupo.

Essa diferenciação binária coloca um gênero, e apenas um gênero, como universal. Neste momento exato, não importa qual gênero seja. O importante é pensarmos que há um gênero que possui universalidade, subjetividade e substancialidade, enquanto há outro gênero que não possui estes atributos e, se os possui, são “borrados” e “inexatos”. Devemos entender que “o domínio da ontologia é um território regulamentado: o que se produz dentro dele, o que é dele excluído para que o domínio se constitua como tal, é um efeito do poder” (BUTLER, 1998, p. 161). Minha realidade teórica quer sair deste efeito. Há verdadeiramente um gênero significador e outro significado? A impossibilidade de uma substância de um gênero ou a inessencialidade deste pode ser pensado na realidade prática, mas, se nos deparamos com esse julgamento num contexto teórico, o que garante a substancialidade de um gênero e a não-substancialidade de outro?

Para Beauvoir, “A mulher determina-se e diferencia-se em relação ao homem e não este em relação a ela; a fêmea é o inessencial perante o essencial” (BEAUVOIR, 1949, p. 10). E Irigaray diz que “as mulheres constituem o *irrepresentável*. Em outras palavras, as mulheres representam o sexo que não pode ser pensado, uma ausência e opacidade linguística” (BUTLER, 1990, p. 31). Já Haraway afirma que “ser o Um é ser autônomo, ser poderoso, ser Deus [...]. Por outro lado, ser o Outro é ser múltiplo, sem fronteira clara, borrado, insubstancial” (HARAWAY, 1991, p. 91). A construção de qualquer um desses pensamentos me parece, ainda, uma ontologia de dominação falocêntrica, colocando sempre a *existência*³⁵ da mulher como referente ao homem³⁶. Penso que, se há uma “existência de gênero compreensível e substancial” - que é a do homem -, seria estranho haver uma “*existência* de gênero incompreensível e não substancial” - que é a da mulher - dentro de uma mesma categoria - gênero.

Apesar da existência do gênero feminino incompreensível ser, de certo modo, um fato histórico, a não-substancialidade deste ainda continua sendo negada tanto pela classe dominante quanto pelas feministas. Melhor dizendo, não há problema algum em criar estratégias a partir de um Outro, mas deve-se reconhecer que essa diferença sexual existe apenas na realidade prática; quando se discute o assunto na realidade teórica, me parece que nenhum gênero existe como substância. E isso se torna um ponto de debate proveitoso.

³⁵ essa *existência* pode ser lida, também, como uma *não-existência* ou como uma *existência “borrada”*.

³⁶ Quero deixar claro que não tenho o desejo, nesse momento, de entrar com uma solução feminista de resistência; estou apenas pontuando alguns entendimentos que me ajudarão a chegar à minha questão central deste capítulo.

“Todas as categorias psicológicas (eu, indivíduo, pessoa) derivam da ilusão da identidade substancial. Mas essa ilusão remonta basicamente a uma superstição que engana não só o senso comum mas também os filósofos - a saber, a crença na linguagem e, mais precisamente, na verdade das categorias gramaticais. Foi a gramática (a estrutura do sujeito e predicado) que inspirou a certeza de Descartes de que “eu” é o sujeito de “penso” [...]: no fundo, a fé na gramática simplesmente traduz a vontade de ser a “causa” dos pensamentos de alguém. O sujeito, o eu, o indivíduo, são apenas conceitos falsos, visto que transformam em substâncias fictícias unidades que inicialmente só têm realidade linguística” (HAAR, 1977, *apud* BUTLER *et al.*, 1990, p. 49-50).

A vista disso, criticamos a própria estrutura da noção de sujeito e, por conseguinte, nos perguntamos onde o gênero está localizado nesta estrutura.

Já concluímos que o gênero é instituído *a partir* [e de acordo com os mecanismos de dominação] de uma oposição binária. Essa oposição dá continuidade a uma agenda na qual o sexo é tomado como *substância* - idêntico a si mesmo. Porém, “essa aparência se realiza mediante um truque performativo da linguagem e/ou do discurso, que oculta o fato de que “ser” um sexo ou um gênero é fundamentalmente impossível” (BUTLER, 1990, p. 46). Butler diz que não podemos afirmar uma ontologia anterior simplesmente por concordância gramatical; isto é, falar que “há mulheres” não necessariamente remete à “há substância mulher(es)”.

Assim sendo, teorias ontológicas e metafísicas caíram na armadilha de comparação igualitária entre “ser” e “substância”³⁷. Nesse pensamento, o ser teria certos atributos essenciais - e não essenciais -, pertencentes a ele; uma gênese, um começo. Porém, se pensarmos na substância permanente como uma construção fictícia, pensamos, também, no “ser” simplesmente com atributos acidentais³⁸ e constituído. Voltamos novamente ao que citei acima: a substância é o que se mantém apesar do *dever*.

“Se a noção de uma substância permanente é uma construção fictícia, produzida pela ordenação compulsória de atributos em sequências de gêneros coerentes, então o gênero como substância, a viabilidade de *homem* e *mulher* como substantivos, se vê questionado pelo jogo dissonante de atributos que não se conformam aos modelos sequenciais ou causais de inteligibilidade” (BUTLER, 1990, p. 55).

Logo, corpos que escapam da coerência de gênero são notáveis exemplos que confirmam este questionamento³⁹: a coerência de gênero quer afirmar que há substantivos

³⁷Num comentário sobre Nietzsche, Michel Haar argumenta que diversas ontologias filosóficas caíram na armadilha das ilusões do “Ser” e da “Substância” que são promovidas pela crença em que a formação gramatical de sujeito e predicado reflete uma realidade ontológica anterior, de substância e atributo.” (BUTLER, 1990, p. 49).

³⁸“Se é possível falar de um “homem” com um atributo masculino e compreender esse atributo como um traço feliz mas acidental desse homem, também é possível falar de um “homem” com um atributo feminino, qualquer que seja, mas continuar a preservar a integridade do gênero.” (BUTLER, 1990, p. 55).

³⁹ Atuam como desestabilizadores na realidade prática, mas confirmam o que é dito na realidade teórica. A realidade teórica vê esses corpos como exemplos que podem afirmar a não substancialidade do gênero; i.e. se

primários e adjetivos subordinados na regulamentação de uma estrutura pronta, mas, com a presença de corpos abjetos, a *substancialidade* já não pode ser afirmada, o que mostra essa grande ficção.

Quero deixar claro que não defendo qualquer “purificação” do gênero. A realidade teórica funciona, neste momento, para que tomemos o gênero, não como essencial e/ou indubitável, mas como uma materialização das relações sociais vividas. Assim, a realidade teórica afirma: **o gênero não é substância**.

existem corpos - ou pessoas - que saem do padrão que, outrora, foi reconhecido como "natureza", então essa "natureza" é negada.

3. A Coexistência é necessária

Introduzi, nesse texto, duas realidades que, proponho, devem coexistir para se pensar uma teoria de gênero de forma eficaz. Isso porque devemos reconhecer que não há gênero, a não ser como representação, porém não podemos negar o mundo vivido - o mundo das relações sociais e das políticas de dominação. Ou seja, é preciso levar em conta a realidade prática - apesar da realidade teórica nos dizer o contrário - pq há a diferença entre as mulheres. Então negar as questões que surgem na realidade prática seria negar essas diferenças. Mesmo que todas essas diferenças - a classe, a raça, ou o próprio gênero - sejam forjadas por mecanismos de dominação, elas são inegavelmente reais no mundo vivido. Logo, escrevo a favor da “tensão de manter juntas coisas incompatíveis” (HARAWAY, 1991, p. 35).

Pensar a partir de uma visão estagnada em que o “gênero não existe” se torna cada vez mais problemático quando pensamos que as diferentes vivências de diferentes mulheres existem. E pensar de uma visão em que o “gênero é natureza” é tão problemático quanto. “O gênero pode não ser, afinal de contas, a identidade global, embora tenha uma intensa profundidade e amplitude históricas” (HARAWAY, 1991, p. 97).

Destarte, ao longo do tempo e a depender da cultura, as formas de constituição do gênero foram diferentes. Isso justamente por causa dos mecanismos de dominação que são apresentados em cada contexto.

“A presunção política de ter de haver uma base universal para o feminismo, a ser encontrada numa identidade supostamente existente em diferentes culturas acompanha frequentemente a ideia de que a opressão das mulheres possui uma forma singular, discernível na estrutura universal ou hegemônica da dominação patriarcal ou masculina” (BUTLER, 1990, p. 21).

Essa presunção de “base universal para o feminismo” trouxe uma ideia colonizadora das culturas não-ocidentais. Mas não apenas isso, esta “base universal” é caracterizada pela exclusão a partir da especificidade. Isto quer dizer que há um tipo específico - que é a mulher branca - que serve de “modelo” para todo o feminismo e qualquer coisa que desvie dessa especificidade é excluída. Porém, da mesma forma que acontece com essa “base universal”, quando pensamos na realidade teórica sem pensar na realidade prática há, também, exclusões. O processo, de certa forma, é o mesmo, porém diferenciam-se em seus princípios: (1) *base universal parte da realidade prática*, logo, o gênero existe, a mulher

existe, há um padrão de mulher, há uma exclusão das diferenças entre as mulheres; e (2) *partindo da realidade teórica*, o gênero não existe, não há diferença sexual (ou de qualquer natureza social) e as realidades sociais vividas não são relevantes, há uma exclusão das diferenças vividas.

É exatamente por isso que não devemos nos ater a um lado ou ao outro, mas incorporar as duas realidades. É necessário perder a inocência sobre essencialismo - ou gênero como substância - ao mesmo tempo que temos consciência da opressão no imaginário.

3.1. A perda da inocência e a consciência da dominação como teoria eficaz

“Basta passear de olhos abertos para comprovar que a humanidade se reparte em duas categorias de indivíduos” (BEAUVOIR, 1949, p. 9) sociais; e a consciência percebe que há, por trás disso, uma estrutura que faz do imaginário uma força limitadora. Há uma limitação do *ser*, criando significações e realidades que incidem na ilusão de uma unidade. As mulheres acabam por ter “menos “eu”, uma individuação mais fraca” (HARAWAY, 1991, p. 90) do que o homem. Porém, se sempre tomarmos esse julgamento como totalidade, não sairemos do lugar. Para sair do lugar, haverá uma fusão da realidade prática e da realidade teórica.

A partir do momento que vemos o “*ser gênero*” como construção da realidade prática, podemos enxergar melhor tanto a dominação quanto o próprio “ser”. Se a identidade é suposta⁴⁰, não há ontologia - substância - no gênero. O gênero, então, não é mais substantivo, mas podemos vê-lo, talvez, como adjetivo⁴¹; isto é, ele caracteriza, classifica e representa⁴². A formação do sujeito “gêndrado” é uma ilusão a partir de uma essência que não existe⁴³, uma representação.

“Nesse sentido, o gênero não é um substantivo, mas tampouco é um conjunto de atributos flutuantes, pois vimos que seu efeito substantivo é *performativamente* produzido e imposto pelas práticas reguladoras da coerência do gênero. Consequentemente, o gênero mostra ser *performativo* no interior do discurso herdado da metafísica da substância - isto é, constituinte da identidade que supostamente é. Neste sentido, o gênero é sempre um feito, ainda que não seja obra de um sujeito tido como preexistente à obra” (BUTLER, 1990, p. 56).

⁴⁰ feita a partir de enquadramentos normativos.

⁴¹ Não qualquer adjetivo, considerando que ele é regulado constantemente por inúmeros mecanismos de dominação. Ver sobre *interpelação* no próximo parágrafo e nota de rodapé nº 42.

⁴² No primeiro capítulo falo sobre o gênero ser um efeito da linguagem, o que assegura as (o)posições sociais da realidade prática.

⁴³ *está-mas-não-é*.

Lauretis, então, entra com o conceito de *interpelação* - palavra usada por Althusser que significa “o processo pelo qual uma representação social é aceita e absorvida por uma pessoa como sua própria representação, e assim se torna real para ela, embora seja de fato imaginária” (LAURETIS, 1994, p. 220) - falando sobre um simples exemplo de nós marcarmos o feminino apesar de, na realidade, feminino estar se marcando em nós. Ou seja, acontece a auto-representação de uma representação⁴⁴. O gênero, destarte, não existindo na realidade teórica, representa “as relações imaginárias dos indivíduos com as relações reais em que vivem” (LAURETIS, 1994, p. 213), isto é, na realidade prática. E sendo essas internalizações criadas a partir de uma grande ficção, o próprio agente do gênero não existe. O que existe [na realidade prática] é apenas o resultado - gênero -, não havendo ““ser” por trás do fazer, do realizar e do tornar-se” (NIETZSCHE *apud* BUTLER et al., 1990, p. 56).

Temos como resolução que o gênero não existe como substância. Porém, a ““experiência das mulheres” [...] é tanto uma ficção quanto um fato do tipo mais crucial” (HARAWAY, 1991, p. 36). Logo, o diagnóstico que se apresenta é: se nos limitarmos à *realidade teórica* o pensamento restrito no *ser* e na *substância* acaba numa armadilha de negação da dominação; e, se nos limitarmos à *realidade prática* “a insistência sobre a coerência e a unidade da categoria das mulheres [...] [rejeita] efetivamente a multiplicidade das intersecções culturais, sociais e políticas em que é construído o espectro concreto das “mulheres”” (BUTLER, 1990, p. 39). É indispensável que se pense na realidade prática “colidindo” com a realidade teórica para que se tenha consciência das experiências de gênero, raça e classe⁴⁵. “A história e o polivocalismo desaparecem em meio às taxonomias políticas que tentam instituir genealogias. Não há nenhum espaço estrutural para a raça (ou muita coisa mais) em teorias que pretendem apresentar uma construção da categoria “mulher” e do grupo social “mulheres” como um todo unificado ou totalizável” (HARAWAY, 1991, p. 57).

Lauretis (1994) diz que estamos em uma incômoda contradição: ao mesmo tempo, estamos “dentro e fora do gênero”. Não há como negar esta situação. Estamos, mas não somos. Estamos porque existimos na realidade prática. Não somos porque, primeiramente, não temos lugar como “sujeito” na realidade prática, mas, também não somos porque a realidade teórica o diz. O sujeito, então, é contraditório; e é essa tensão que permite sua existência

⁴⁴ Ocorre a internalização do imaginário.

⁴⁵ “A consciência de classe, de raça ou de gênero é uma conquista que nos foi imposta pela terrível experiência histórica das realidades sociais contraditórias do capitalismo, do colonialismo e do patriarcado” (HARAWAY, 1991, p. 47).

“Para poder [...] especificar este [...] sujeito e articular suas relações com um campo social heterogêneo, necessitamos de um conceito de gênero que não esteja tão preso à diferença sexual a ponto de virtualmente se confundir com ela, fazendo com que, por um lado, o gênero seja considerado uma derivação direta da diferença sexual e, por outro, o gênero possa ser incluído na diferença sexual como um efeito de linguagem, ou como puro imaginário” (LAURETIS, 1994, p. 208).

A questão é ser parcial a ponto de enxergar ambas as perspectivas e produzir uma visão contraditória, mas que faça sentido; ter “comunicação com todas as [...] partes” (HARAWAY, 1991, p. 99). As duas realidades são, atual e estrategicamente, tão importantes quanto a outra. A estratégia vive na contradição de se comprometer com as duas e, ao mesmo tempo, não se comprometer com nenhuma. Tanto a concepção prática quanto a teórica são reais e devem ser reconhecidas; e, para pensarmos em questões de gênero, concluímos: **O gênero [não] é [substância].**

Conclusão

Tanto a realidade prática quanto a realidade teórica são significativas ao pensar a teoria de gênero. O efeito que o imaginário traz não pode ser lido apenas pela realidade teórica, e a falta de substancialidade do gênero não pode ser lida pela realidade prática. Elas devem coexistir, mesmo que seja contraditoriamente.

A *interpelação*, as políticas de dominação, a coerência e a assimetria de gênero, os mecanismos de dominação em geral, são mais facilmente compreendidos ao reconhecer o fato de que o gênero é um (e)feito. Os conceitos criados na realidade prática - como o Homem essencial e a Mulher inessencial - contribuem para o entendimento da realidade teórica, assim como os conceitos da realidade teórica contribuem para o entendimento da realidade prática. Estas realidades contribuem tanto para o entendimento uma da outra quanto para uma tentativa de não exclusão.

A colisão das realidades não é perfeição, é contradição e parcialidade. Uma tentativa de enxergar mais amplamente a questão do gênero.

REFERÊNCIAS

Beauvoir, Simone de. *O Segundo Sexo*. 1949. Tradução de Sérgio Milliet - Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

Butler, Judith P. *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. 1990. 16ª edição; tradução de Renato Aguiar - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

Deleuze, Gilles; Guattari, Felix. *Mil Platôs - capitalismo e esquizofrenia*, vol 4. 1997. Tradução de Suely Rolnik - São Paulo.

Haraway, Donna. *Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano*. Cap: *A cyborg manifesto: science, technology, and socialist-feminism in the late twentieth century*. 1991. Organização e tradução: Tomaz Tadeu - 2 ed. - Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

IRIGARAY, Luce. *Speculum of the Other Woman*. Tradução: Gillian C. Gill. Ithaca, NY. Cornell University Press: 1987.

Lauretis, Teresa de. *Tendências e Impasses - O feminismo como crítica da cultura*. Cap: *A Tecnologia do Gênero*. Tradução de Suzana Funck / organização de Heloisa Buarque de Holanda - Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

Prins, Baukje; Meijer, Irene C. *Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler*. 1998. University of Chicago Press.